

Agricultores preocupados com cortes de fundos

Luís Mira e Nuno Serra alertam para risco de quebra na produção, preços mais altos e desigualdade entre países. ■ P.2



Menos fundos disponíveis põem em risco prioridade estratégica

Agricultura Cortes propostos para a PAC pressionam os agricultores portugueses. Os representantes do setor alertam para o risco de uma quebra na produção, preços mais altos e desigualdade entre países europeus.

Teresa Cotrim
tcotrim@medianove.com

A pressão sobre o setor agrícola europeu intensifica-se num contexto de crescente procura mundial de alimentos. Contudo, em vez de se assistir a um reforço do rendimento agrícola, as propostas políticas em discussão na União Europeia (UE) apontam no caminho oposto. Quem o afirma é Nuno Serra, secretário-geral da Confagri, Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal (CCRL), que vê nas orientações recentes para a Política Agrícola Comum (PAC) uma ameaça estrutural ao setor.

“Com a população mundial a crescer seria expetável que o rendimento do setor também aumentasse, mas é uma condição utópica”, afirma, considerando “muito preocupante” esta combinação de maior procura com menor apoio político.

O possível corte de 20% no orçamento da PAC destinado a Portugal representa um risco direto para o futuro do setor agroalimentar. “São menos dois mil milhões de euros disponíveis para investir em inovação, bioeconomia, compensação do regadio e conhecimento”, diz Nuno Serra.

Luís Mira, secretário-geral da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP) adverte que a Comissão Europeia (CE) apresentou, no final de julho, uma proposta para os fundos da UE para 2028-2034 em que, embora o orçamento total aumente 40%, a PAC sofre um corte de 20%. “Se tivermos em conta a inflação, então esse ajuste equivale, na prática a uma redução real de 47%”, explica, avisando que ainda existe a possibilidade de retificação, porque a proposta ainda precisa da apro-



Os olhos dos agricultores portugueses estão fixados no comissário europeu da Agricultura, Christophe Hansen

vação do Conselho e do Parlamento Europeu. Só depois se tornará uma realidade.

“A CAP considera a proposta totalmente inaceitável e fará tudo para a melhorar. Participaremos numa grande manifestação em Bruxelas, no dia 18 de dezembro, com agricultores de toda a UE”, avança.

No entanto, admitindo que se concretize uma redução desta grandeza, Luís Mira antecipa um impacto muito relevante, ainda que exista a possibilidade de o Estado-membro minimizar o corte europeu através de medidas financiadas pelo orçamento nacional.

Para Nuno Serra, a PAC está a afastar-se da sua vocação original: garantir segurança, qualidade e quantidade da produção alimentar europeia. “A nova orientação política pode resultar numa diminuição da capacidade produtiva. Se os agricultores não tiverem os devidos apoios, o produto disponível no mercado será em menor quantidade e isto vai chegar ao bolso do consumidor”, alerta. A equação é simples: menor oferta, preços mais altos.

Agricultura versus Coesão

Outro ponto crítico prende-se com o novo enquadramento orçamental europeu, que coloca agricultura e coesão no mesmo envelope financeiro. “A agricultura vai passar a competir com a coesão”, afirma Serra. Isto significa que escolas, hospitais ou infraestruturas poderão disputar fundos com projetos agrícolas – um modelo “fraturante e injusto” e, acima de tudo, “estrategicamente errado”.

Para Luís Mira, esta questão pode ter maior ou menor dimensão, dependendo das decisões que o governo português tomar relativamente ao orçamento a destinar à PAC e à coesão. “Na nossa opinião, não pode funcio-



Luís Mira
Secretário-geral
da CAP



Nuno Serra
Secretário-geral
da Confagri

nar com uma decisão anual sobre qual o orçamento, mas sim uma decisão que permita saber o orçamento anual para o período de sete anos”, explica, dando como exemplo o Programa de Opções Específicas para fazer face ao Afastamento e à Insularidade (POSEI) que também não está apresentado separadamente, mas sim no total dos fundos apresentados.

Há ainda um risco adicional: cada Estado-membro poderá definir livremente a taxa de cofinanciamento aplicável. “Esta possibilidade cria ‘uma distorção do mercado’, favorecendo países com maior capacidade financeira e estabelecendo ‘duas velocidades dentro do espaço europeu’, diz Mira.

Parece esquecida a ideia de que a agricultura deve ser uma prioridade estratégica. “Os seres humanos precisam de comer todos os dias”, lembra o quadro da CAP. Esta característica torna o setor agrícola “especial” e garante-lhe um papel central em qualquer sociedade.

Futuro entre a água e a tecnologia

Água e tecnologia. É por aqui que passa o futuro da agricultura portuguesa, que dependerá, sobretudo, da concretização da rede nacional de água anunciada como Áqua Que Une. “Isso transformará e dará capacidade aos que fazem agricultura de o continuar a fazer dentro dos próximos 10, 20, 30, 40 anos”, diz o secretário-geral da CAP. A adaptação às alterações climáticas exigirá soluções estruturais e duradouras. Acresce o papel cada vez mais importante da tecnologia. Sensores, inteligência artificial,

gestão de dados e conhecimento aprofundado dos solos estão a transformar rapidamente os métodos de produção. “Vai-se democratizar mais nas explorações agrícolas”, afirma Luís Mira, prevendo mudanças profundas tanto na pastorícia extensiva como nas culturas anuais. Com condições climáticas mediterrânicas, Portugal poderá reforçar a sua competitividade em produtos típicos desta região. “É seguramente nos produtos mediterrânicos onde teremos maior capacidade competitiva”, conclui.